

VCI Vanguard
Confecções
Importadas S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de
2025**

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatório da Administração | 3 |
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 6 |
| Balancos patrimoniais | 10 |
| Demonstrações do resultado | 11 |
| Demonstrações do resultado abrangente | 12 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 13 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 14 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 15 |

ARAMIS

Relatório da Administração



Mensagem da Administração - VCI Vanguard Confecções Importadas S.A. (Aramis)

O ano de 2025 representou um marco histórico de transformação para a Aramis, reafirmando nossa posição como o principal ecossistema de moda masculina e lifestyle no Brasil através de uma execução impecável e disciplina rigorosa de capital.

1. Resiliência e Performance Superior

Enquanto o varejo de moda nacional registrou alta de apenas 1,3%, com base no volume de vendas divulgado pelo IBGE, a Aramis demonstrou vanguarda operacional ao entregar em 2025 um crescimento de 18,6% na Receita Operacional Líquida, totalizando R\$ 658,3 milhões. Esse desempenho foi sustentado pela velocidade em ajustar nossa proposta de valor e pela força de nossa marca no mercado.

2. Maturidade Digital e Expansão Seletiva

Nossa jornada como fashion tech atingiu novos patamares de eficiência:

Ecossistema Digital: O lançamento do novo App do Cliente já representa 25% das vendas totais, impulsionando um crescimento de 28,2% no e-commerce.

Varejo Físico: Priorizamos praças de alta rentabilidade, alcançando 51 lojas próprias e 86 franquias, com um robusto Same Store Sales (SSS) de 10,9%. Um dos nossos marcos foi a inauguração da nossa 1ª loja da nova marca Urban no estado de SP.

Atacado: O segmento avançou 24,5%, atingindo R\$ 366 milhões, fruto da melhoria no nível de serviço e eficiência na cadeia de suprimentos.

3. Eficiência Financeira e Governança

A busca por ganhos de escala permitiu que o EBITDA Gerencial (desconsiderando efeitos não recorrentes, incluindo despesas com fusões e aquisições) atingisse R\$ 106 milhões (+22,7%), com uma margem líquida de 11%. Otimizamos a operação com uma redução de 1,1 p.p. no indicador de despesas gerais e administrativas (G&A) em relação à receita. Um fato de destaque foi a reestruturação acionária, com a saída dos fundos investidores e do fundador, Sr. Henri Stad, com o ingresso da VCI-FC Holding S.A, a transação teve o objetivo de garantir o alinhamento de longo prazo entre a gestão e a estratégia de crescimento da Companhia.

No período, a Companhia concluiu dois marcos relevantes em sua trajetória corporativa. Em termos societários, foi finalizada a reestruturação acionária com a saída dos fundos investidores e do fundador Sr. Henri Stad. A continuidade da liderança executiva é assegurada pela permanência do CEO Richard Stad, ao passo que a entrada da VCI-FC Holding S.A. reforça o alinhamento estratégico de longo prazo entre gestão e os objetivos de crescimento da Companhia.

No âmbito do mercado de capitais, a Companhia concluiu sua primeira emissão de debêntures, realizada em série única, de espécie com garantia real, não conversíveis em ações, sob regime de distribuição pública conforme a Instrução CVM nº 160.

4. Inovação e Capital Humano

Investimos estrategicamente em Expansão de Lojas, Evolução Tecnológica e Jornada AI & Data Driven, mantendo uma estrutura de capital sólida e liquidez confortável. O foco em tecnologia e analytics acompanham tendência global, que vem reforçando uso de dados para gestão de sortimento, precificação dinâmica e personalização de relacionamento. O capital humano é um ativo estratégico central, com políticas estruturadas de atração e desenvolvimento, orientadas por meritocracia e inclusão, uma sólida estrutura de governança, assegurando alinhamento estratégico e gestão executiva. A Companhia mantém Código de Conduta e Ética aplicável a administradores e

São Paulo, 09 de Março de 2026

colaboradores, além de canal de denúncias com confidencialidade, reforçando o compromisso com transparência e conformidade regulatória.

5. Perspectivas para o Novo Ciclo

Ao olharmos para 2026, as perspectivas de recuperação do varejo nacional e a retomada gradual do poder de compra, associadas ao nosso ecossistema tecnológico maduro e orientado por dados, sustentam nossa estimativa de crescimento e ganhos de eficiência.

Nossa meta para este novo ciclo permanece clara: expandir margens, extrair valor dos investimentos realizados em tecnologia e marca e gerar valor sustentável aos nossos acionistas.

Seguiremos evoluindo para liderar o lifestyle masculino no Brasil, mantendo o foco absoluto na excelência operacional e no encantamento do nosso cliente.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Fabio Davidovici – CFO

Gênesis Louis – Head de Finanças e RI

Roberta Teixeira – Gerente de FP&A e RI

E-mail de Comunicação: ri@aramisinc.com.br

ARAMIS
M



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e diretores da

VCI Vanguard Confecções Importadas S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da VCI Vanguard Confecções Importadas S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da VCI Vanguard Confecções Importadas S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reorganização societária

Veja a Nota 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

| Principal assunto de auditoria | Como auditoria endereçou esse assunto |
|--|--|
| <p>Em 12 de dezembro de 2025, a Companhia realizou uma reorganização societária relevante, que envolveu a recompra e o cancelamento de 675.143 ações ordinárias, mediante utilização de reservas de capital no montante de R\$ 57.477, bem como a saída integral de determinados acionistas e o ingresso da VCI-FC Holding S.A. no quadro societário. Como resultado da operação, a estrutura de controle da Companhia foi alterada, passando a ser exercida de forma conjunta.</p> <p>A reorganização envolveu julgamentos relevantes da Administração, especialmente quanto (i) à avaliação de controle; (ii) à análise das cláusulas contratuais do acordo de acionistas, incluindo bônus por retorno de investimento, opção de venda de ações com cláusulas não financeiras e plano de incentivo de longo prazo; e (iii) à adequação das divulgações nas demonstrações financeiras. Em função da materialidade dos valores envolvidos e do grau de julgamento requerido, consideramos a reorganização societária como um principal assunto de auditoria.</p> | <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) a avaliação do tratamento contábil adotado pela Administração para a recompra e cancelamento de ações, incluindo as deliberações de utilização de reservas de capital, em conformidade com as normas aplicáveis;(ii) a leitura e inspeção dos contratos de compra e venda de ações, acordo de acionistas e demais atos societários aprovados em Assembleia Geral;(iii) a avaliação do modelo de controle societário resultante da reorganização;(iv) a análise das cláusulas do acordo de acionistas relacionadas à opção de venda de ações, bônus por retorno de investimento e plano de incentivo de longo prazo, incluindo a avaliação de seus impactos contábeis e de divulgação;(v) a inspeção dos comprovantes de pagamento relacionados à recompra de ações; e(vi) a avaliação da adequação e suficiência das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras. <p>Com base nos procedimentos realizados, consideramos que o tratamento contábil e as divulgações relacionadas à reorganização societária são adequados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p> |

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

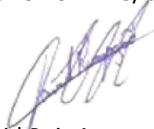
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



David Ruiz Assumpção
Contador CRC 1SP270085/O-2

VCI Vanguard Confeções Importadas S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

| Ativos | Nota | Controladora | | Consolidado | | Passivo | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|----------------|----------------|----------------|----------------|---|------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | | | 2025 | 2024 | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 43.918 | 52.395 | 43.940 | 52.418 | Fornecedores | 12 | 59.422 | 58.244 | 59.434 | 58.254 |
| Contas a receber | 5 | 208.983 | 185.718 | 208.983 | 185.718 | Fornecedores risco sacado | 12 | - | 4.673 | - | 4.673 |
| Estoques | 6 | 95.518 | 86.034 | 96.386 | 87.218 | Empréstimos e financiamentos | 13 | 40 | - | 40 | - |
| Impostos a recuperar | 7 | 9.582 | 4.191 | 9.593 | 4.202 | Obrigações tributárias | 14 | 13.841 | 13.264 | 13.842 | 13.265 |
| IRPJ e CSLL a recuperar | 9 c | 1.384 | 391 | 1.384 | 391 | Imposto de renda e contribuição social | | - | 186 | - | 186 |
| Outras contas a receber | 8 | 11.222 | 4.524 | 11.392 | 4.524 | Obrigações sociais e trabalhistas | 15 | 39.464 | 31.903 | 39.464 | 31.903 |
| Despesas antecipadas | | 1.823 | 3.050 | 1.823 | 3.050 | Passivo de arrendamento | 16 | 17.407 | 27.909 | 17.407 | 27.909 |
| Total do ativo circulante | | 372.430 | 336.303 | 373.501 | 337.521 | Dividendos a pagar | 20 | - | 25.704 | - | 25.704 |
| Mútuos com partes relacionadas | 25 | 109 | 1.352 | - | - | Outras contas a pagar | 18 | 8.933 | 17.033 | 8.933 | 17.033 |
| Depósitos judiciais | 19 | 12.239 | 5.704 | 12.239 | 5.704 | Total do passivo circulante | | 139.107 | 178.916 | 139.120 | 178.927 |
| Impostos diferidos ativos | 9 | 12.419 | 9.156 | 12.419 | 9.156 | Empréstimos e financiamentos | 13 | 155.989 | - | 155.989 | - |
| Outras contas a receber | 8 | 35 | 27 | 35 | 27 | Passivo de arrendamento | 16 | 93.392 | 56.605 | 93.392 | 56.605 |
| Total do realizável a longo prazo | | 24.802 | 16.239 | 24.693 | 14.887 | Provisão para passivo a descoberto em controladas | 17 | 108 | 145 | - | - |
| Investimentos | 16 | 1.057 | - | - | - | Outras contas a pagar | 18 | - | 54 | - | 54 |
| Imobilizado | 10 | 38.896 | 33.792 | 38.896 | 33.792 | Provisão para contingências | 19 | 1.835 | 3.577 | 1.835 | 3.577 |
| Intangível | 11 | 30.401 | 14.497 | 30.401 | 14.497 | Total do passivo não circulante | | 251.324 | 60.381 | 251.216 | 60.236 |
| Ativo de direito de uso | 16 | 116.950 | 89.043 | 116.950 | 89.043 | Patrimônio líquido | | | | | |
| Total do ativo não circulante | | 212.106 | 153.571 | 210.940 | 152.219 | Capital social | 20 | 18.992 | 18.992 | 18.992 | 18.992 |
| | | | | | | Reservas de capital | 20 | 11.339 | 68.815 | 11.339 | 68.815 |
| | | | | | | Reservas de lucros | 20 | 163.774 | 162.770 | 163.774 | 162.770 |
| Total do ativo | | 584.536 | 489.874 | 584.441 | 489.740 | Total do patrimônio líquido | | 194.105 | 250.577 | 194.105 | 250.577 |
| | | | | | | Total do passivo e patrimônio líquido | | 584.536 | 489.874 | 584.441 | 489.740 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VCI Vanguard Confecções Importadas S.A.

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Receita operacional líquida | 21 | 658.307 | 555.157 | 658.307 | 555.157 |
| Custo das mercadorias vendidas | 22 | (221.220) | (180.141) | (221.220) | (180.141) |
| Lucro bruto | | 437.087 | 375.016 | 437.087 | 375.016 |
| Despesas com vendas | 22 | (155.690) | (128.564) | (155.690) | (128.564) |
| Redução ao valor recuperável | 5/22 | (554) | 1.246 | (554) | 1.246 |
| Despesas gerais e administrativas | 22 | (195.145) | (170.880) | (195.159) | (170.892) |
| Outras receitas | 23 | 9.523 | 3.344 | 9.523 | 3.344 |
| Outras despesas | 23 | (2.284) | (1.300) | (2.284) | (1.300) |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos | | 92.937 | 78.862 | 92.923 | 78.850 |
| Receitas financeiras | 24 | 6.988 | 8.386 | 6.980 | 8.462 |
| Despesas financeiras | 24 | (15.026) | (8.748) | (15.068) | (8.863) |
| Despesas financeiras líquidas | | (8.038) | (362) | (8.088) | (401) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 17 | (64) | (56) | - | - |
| Lucro antes dos impostos | | 84.835 | 78.444 | 84.835 | 78.449 |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | 9 | (16.796) | (12.363) | (16.796) | (12.368) |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido | 9 | 3.263 | 812 | 3.263 | 812 |
| Lucro líquido do exercício | | 71.302 | 66.893 | 71.302 | 66.893 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VCI Vanguard Confecções Importadas S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|---------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Lucro líquido do exercício | 71.302 | 66.893 | 71.302 | 66.893 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| Resultado abrangente total | 71.302 | 66.893 | 71.302 | 66.893 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VCI Vanguard Confeções Importadas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

| Controladora e Consolidado | | | | | | | | |
|---|----------------|---------------------|--------------------|---------------|-------------------------------|------------------------------|-------------------|-----------------------------|
| Nota | Capital social | Reservas de capital | Reservas de lucros | | | Total das reservas de lucros | Lucros acumulados | Total do patrimônio líquido |
| | | | Reserva de lucros | Reserva legal | Reserva de incentivos fiscais | | | |
| Saldos em 01 de janeiro de 2024 | 18.992 | 68.815 | 34.076 | 3.964 | 93.629 | 131.669 | - | 219.477 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | 66.893 | 66.893 |
| Constituição de reserva de incentivos fiscais | - | - | - | - | 30.967 | 30.967 | (30.967) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios do período | - | - | - | - | - | - | (10.778) | (10.778) |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | (17.148) | - | - | (17.148) | (7.867) | (25.015) |
| Retenção de lucros | - | - | 17.281 | - | - | 17.281 | (17.281) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 18.992 | 68.815 | 34.209 | 3.964 | 124.596 | 162.769 | - | 250.577 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | 71.302 | 71.302 |
| Constituição de reserva de incentivos fiscais | - | - | - | - | 33.057 | 33.057 | (33.057) | - |
| Dividendos intercalares | - | - | - | - | - | - | (70.298) | (70.298) |
| Cancelamento de ações | - | (57.476) | - | - | - | - | - | (57.476) |
| Outros | - | - | - | (165) | - | (165) | 165 | - |
| Destinação das reservas de lucros | - | - | (31.888) | - | - | (31.888) | 31.888 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 18.992 | 11.339 | 2.321 | 3.799 | 157.653 | 163.773 | - | 194.105 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VCI Vanguard Confeções Importadas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | | |
| Lucro do exercício | | 71.302 | 66.893 | 71.302 | 66.893 |
| Ajustes para: | | | | | |
| (Reversão) e provisão para redução ao valor recuperável | 5 | 554 | (1.246) | 554 | (1.246) |
| Reversão de perdas nos estoques | 6 | (3.206) | (873) | (3.206) | (873) |
| Depreciação | 10 | 5.547 | 5.553 | 5.547 | 5.553 |
| Amortização | 11 | 907 | 1.465 | 907 | 1.465 |
| Depreciação do ativo de direito de uso | 16 | 25.039 | 22.219 | 25.039 | 22.219 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 17 | 64 | 56 | - | - |
| Baixa de ativo imobilizado e intangível | 10/11 | 2.238 | 974 | 2.238 | 974 |
| Provisão para bônus e gratificações | 15 | 8.001 | 9.267 | 8.001 | 9.267 |
| Provisão (reversão) para contingências | 19 | (1.742) | 1.930 | (1.742) | 1.930 |
| Juros sobre arrendamento mercantil | 16/24 | 5.562 | 6.310 | 5.562 | 6.310 |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | 13 | 1.619 | - | 1.619 | - |
| Amortização custo com emissão de debêntures | 13 | 19 | - | 19 | - |
| Baixa de direito de uso e passivo de arrendamento | | 1.701 | (248) | 1.701 | (248) |
| Imposto de renda e contribuição social | 9 | 16.796 | 12.363 | 16.796 | 12.368 |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 9 | (3.263) | (812) | (3.263) | (812) |
| | | 131.138 | 123.851 | 131.074 | 123.800 |
| Variações nos ativos e passivos | | | | | |
| (Aumento) redução dos ativos: | | | | | |
| Contas a receber | | (23.819) | (36.958) | (23.819) | (36.958) |
| Estoques | | (6.278) | (10.565) | (5.962) | (11.749) |
| Impostos a recuperar | | (3.852) | (2.170) | (3.852) | (2.178) |
| Outras contas a receber | | (6.706) | (1.393) | (6.876) | (1.393) |
| Despesas antecipadas | | 1.227 | (936) | 1.227 | (936) |
| Depósitos judiciais | | (6.535) | (2.097) | (6.535) | (2.097) |
| Aumento (redução) dos passivos: | | | | | |
| Fornecedores | | (3.495) | 23.368 | (3.493) | 23.368 |
| Obrigações tributárias | | 577 | 1.679 | 577 | 1.679 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | (440) | (6.814) | (440) | (6.814) |
| Outras contas a pagar | | (8.154) | 5.015 | (8.154) | 5.015 |
| Caixa gerado nas atividades operacionais | | | | | |
| | | 73.663 | 92.980 | 73.747 | 91.737 |
| Pagamento de contingências | | - | (1.424) | - | (1.424) |
| Pagamento de juros – arrendamento mercantil | 16 | (7.659) | (5.248) | (7.659) | (5.248) |
| Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro pagos | | (19.514) | (14.326) | (19.514) | (14.331) |
| Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais | | | | | |
| | | 46.490 | 71.982 | 46.574 | 70.734 |
| Fluxo de caixa de atividades de investimento | | | | | |
| Aquisição de ativo imobilizado, pagos | 10 | (15.933) | (12.640) | (15.933) | (12.640) |
| Aquisição de ativo intangível, pagos | 11 | (17.273) | (10.753) | (17.273) | (10.753) |
| Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento | | | | | |
| | | (33.206) | (23.393) | (33.206) | (23.393) |
| Fluxo de caixa de atividades de financiamento | | | | | |
| Concessão de mútuos com partes relacionadas | | 85 | (240) | - | - |
| Empréstimos captados | 13 | 156.000 | - | 156.000 | - |
| Custo com emissão de debêntures | 13 | (1.609) | - | (1.609) | - |
| Pagamento por recompra de ações | 20 | (57.476) | - | (57.476) | - |
| Pagamento de principal – arrendamento mercantil | 16 | (22.759) | (21.315) | (22.759) | (21.315) |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos | 20 | (96.002) | (15.596) | (96.002) | (15.596) |
| Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento | | | | | |
| | | (21.761) | (37.151) | (21.846) | (36.911) |
| Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa | | | | | |
| | | (8.477) | 11.438 | (8.478) | 10.430 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro | | 52.395 | 40.957 | 52.418 | 41.988 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro | | 43.918 | 52.395 | 43.940 | 52.418 |
| Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa | | | | | |
| | | (8.477) | 11.438 | (8.478) | 10.430 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais

1 Contexto operacional

A VCI Vanguard Confeções Importadas S.A. (“Companhia” ou “Aramis”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede administrativa na Rua Sampaio Vidal, nº 1.026, Jd. Paulistano, São Paulo, CEP 01443-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia opera com o nome fantasia “Aramis” e tem por objetivo principal a comercialização de roupas e acessórios masculinos.

A Companhia exerce as suas operações através de e-commerce, clientes multimarcas, franquias e lojas próprias. As vendas aos clientes multimarcas são realizadas através de seu centro de distribuição localizado no Espírito Santo que inclusive atende toda a rede da Aramis. As vendas no varejo físico são realizadas através de cinquenta e uma lojas próprias, localizadas em pontos estratégicos e próximos a grandes centros consumidores, sendo vinte lojas em São Paulo, duas na Bahia, três no Ceará, três no Distrito federal, três em Goiânia, quatro em Minas Gerais, uma na Paraíba, duas no Paraná, cinco em Pernambuco, três no Rio de Janeiro, uma no Rio Grande do Norte, uma em Santa Catarina, e duas no Rio Grande do Sul, dentre elas existem treze lojas outlet, além de uma loja virtual situada no Espírito Santo. Na rede de franquias a Companhia possui oitenta e seis lojas. No início de 2024, inauguramos nossa nova planta industrial, na Cidade de Aracruz/ES, visando além da fomentação local no que tange a desenvolvimento regional, o incentivo fiscal e sinergia com nosso Centro de distribuição.

1.1 Relação de entidades controladas

Veja abaixo a lista de controladas da Companhia:

| | Data-base das demonstrações financeiras | Participação | Participação % | |
|--------------------------|---|--------------|----------------|------|
| | | | 2025 | 2024 |
| Aramis Publicidade Ltda. | 31.12.2025 | Direta | 100 | 100 |
| Vanguard Way | 31.12.2025 | Direta | 100 | 100 |

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que compreendem as disposições da legislação societária brasileira previstas na Lei 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, as quais correspondem às utilizadas pela Companhia na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 09 de março de 2026.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 16** – prazo de arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação;

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 5** - reconhecimento e mensuração de provisões para perda de crédito esperada para o conta a receber;
- **Nota explicativa nº 6** - reconhecimento e mensuração de provisões para perda nos estoques;
- **Nota explicativa nº 9** - reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizado;

- **Nota explicativa nº 10** - definição da vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 11** - definição da vida útil do ativo intangível;
- **Nota explicativa nº 19** - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos.
- **Nota explicativa nº 20** - equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida;

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

Reconhecimento inicial e remensuração

A administração da Companhia reconhece todos ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados, ou seja, na data da negociação ao qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são reconhecidos pelo seu valor justo (exceto a conta: contas a receber que reflete o preço da transação), mais ou menos, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

Baseada no seu modelo de negócio aos quais os ativos são gerenciados e nas características de fluxo de caixa, a Companhia geralmente classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- (i) Custo amortizado: os ativos financeiros são mantidos dentro de modelo de negócios da Companhia, cujo objetivo é manter tais ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

- (ii) Valor justo por meio de resultado: São os ativos financeiros que não se enquadram nas características acima. Derivativos são instrumentos financeiros geralmente classificados nesta categoria; e

Desreconhecimento

A Companhia realiza transações por meio das quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos.

Compensações

As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas à compensação de ativos e passivos financeiros.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

A Companhia não constitui perda por redução ao valor recuperável de contas a receber junto a operadoras de cartão de crédito, pois não possui histórico significativo de inadimplência e não espera perdas futura para esses recebíveis.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e. Caixa e equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo para resgate em até 180 dias da data da aplicação.

Os investimentos temporários são representados substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e são registrados pelos valores de custo, acrescidos de rendimentos auferidos até a data da apresentação das demonstrações financeiras.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável do ativo, pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. As vidas úteis e valores residuais são revisados periodicamente.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

| | |
|--------------------------------------|---------|
| Máquinas e equipamentos | 10 anos |
| Móveis e utensílios | 10 anos |
| Instalações | 10 anos |
| Veículos | 05 anos |
| Equipamentos de informática | 05 anos |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 10 anos |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Em relação ao exercício anterior não houve alterações nas vidas úteis e valores residuais dos ativos.

h. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

| | |
|--------------------------|---------|
| Softwares | 05 anos |
| Ativos de direito de uso | 10 anos |
| Pontos comerciais | 10 anos |

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja necessário. Em relação ao exercício anterior não houve alterações nas vidas úteis e valores residuais dos ativos.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida se em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação.

(i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

A taxa de imposto de renda corrente é calculada com base em leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do exercício corrente no país em que a Companhia opera e gera lucro tributável. A Administração avalia periodicamente a legislação, que está sujeita a interpretação e estabelece disposições, se necessário, com base em montantes que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) Imposto diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos refletem as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

j. Receita operacional líquida

O CPC 47 – Receita de Contratos de Clientes, passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018 apresentando uma nova abordagem para o reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes. A norma estabelece um modelo que busca evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não atendidos. São definidos pela norma as seguintes etapas:

- (i) A identificação do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) A determinação do preço da transação;
- (iv) A alocação do preço da transação; e
- (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

As receitas de vendas de mercadorias e os correspondentes custos são registrados, deduzida de devoluções e descontos comerciais.

As receitas de royalties são calculadas sobre o respectivo volume vendido mensalmente a cada um dos franqueados.

Modalidades de reconhecimento de receita

1. **Vendas via E-commerce** - Para vendas realizadas pela plataforma digital com entrega ao endereço do consumidor, a Companhia reconhece a receita no momento da transferência do controle, que ocorre quando os produtos são efetivamente entregues ao cliente ou a terceiros responsáveis pela entrega, dependendo dos termos de venda.
 - 1.1. **Compra pelo site com retirada em loja (*pick-up in Store*)** - Para pedidos retirados em loja, o controle é transferido no momento da retirada do produto pelo cliente, quando ele assume os riscos e benefícios do bem. Não há reconhecimento antecipado da receita, mesmo quando o pagamento é efetuado previamente no site, pois até a retirada o controle permanece com a Companhia

2. **Vendas em lojas físicas** - A receita é reconhecida quando o produto é entregue ao cliente no ponto de venda, momento em que ocorre a transferência imediata do controle.
3. **Programa de Cashback e Cupons** - A Companhia oferta programas de relacionamento que incluem cashback, cupons de desconto os quais são reconhecidos como contraprestação variável no momento da venda que gerou a redução de venda.
4. **Vendas para Canais B2B (Atacado, Distribuidores e Varejo Parceiro)** - A Companhia realiza operações comerciais com parceiros B2B, incluindo distribuidores, revendedores, marketplaces híbridos e unidades de varejo corporativo. A receita B2B é reconhecida conforme o CPC 47, respeitando a transferência do controle:
 - (i) Venda FOB (controle transfere ao despachar a mercadoria): a receita é reconhecida na entrega à transportadora quando, contratualmente, o cliente assume o controle nesse momento;
 - (ii) Venda CIF ou com obrigação de entrega: a receita é reconhecida no momento da entrega física ao parceiro;

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem substancialmente receitas de juros de recebimento em atraso, receita de juros de aplicações financeiras e variação cambial ativa. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem substancialmente despesas bancárias, juros e descontos financeiros passivos, encargos financeiros sobre leasing, impostos sobre operações financeiras e variações cambiais passivas.

Classificação na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Em conformidade com o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Companhia adota a seguinte política contábil para apresentação dos fluxos de caixa relacionados a receitas e despesas financeiras:

- Juros pagos: são apresentados como fluxos das atividades operacionais, refletindo a prática adotada pela Companhia e a natureza recorrente desses desembolsos no ciclo operacional.
- Juros recebidos de rendimentos de aplicações financeiras: são classificados como fluxos das atividades de investimento..
- Encargos financeiros de arrendamentos (CPC 06):
 - juros incorridos e pagos sobre arrendamentos é apresentada nas atividades operacionais;
 - a parcela referente à amortização do principal é apresentada nas atividades de financiamento

l. Arrendamentos

(i) *Determinando quando um contrato contém um arrendamento*

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo dos elementos. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo fundamental; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa incremental de captação da Companhia. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. Valores abaixo de R\$20, levando em consideração o bem, não são considerados para fins de controle e reconhecimento, são tratados como baixo valor.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

(ii) Ativos arrendados

Ativos mantidos pela Companhia sob arrendamentos que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

(iii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

A Companhia considera como atividade operacional o pagamento do passivo correspondente aos juros sobre arrendamento.

m. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

n. Subvenções governamentais

As subvenções são reconhecidas no resultado do exercício em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível. Posteriormente, no final de cada exercício o saldo acumulado referente a esse crédito é reclassificado dentro do Patrimônio Líquido como Reserva de Incentivos Fiscais.

Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos que é caracterizado como subvenção para investimento pela Companhia.

o. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

p. CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

q. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (CPC 48).

4 Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras da Companhia são mantidas em instituições financeiras de primeira linha e estão classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo ou ao custo amortizado, conforme aplicável. Essas aplicações são compostas, substancialmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e por operações compromissadas.

As operações compromissadas representam transações em que a instituição financeira vende títulos à Companhia com o compromisso de recomprá-los em data futura previamente acordada, enquanto a Companhia assume o compromisso correspondente de revendê-los à instituição. Essas operações possuem elevada liquidez e baixo risco de crédito, sendo lastreadas em títulos públicos federais ou outros ativos elegíveis conforme política da instituição financeira.

As aplicações financeiras apresentam prazo de vencimento inferior ou igual a 180 dias, possuem liquidez imediata e são remuneradas por taxas que variam de 75% a 103% do CDI em 2025 e 85% a 105% do CDI em 2024, não havendo expectativa de perda decorrente de variação de valor, dada a natureza das operações e a qualidade das contrapartes.

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Caixa | 469 | 309 | 469 | 309 |
| Depósitos bancários à vista | 12.664 | 19.198 | 12.674 | 19.208 |
| Aplicações financeiras | 30.785 | 32.888 | 30.797 | 32.901 |
| | <u>43.918</u> | <u>52.395</u> | <u>43.940</u> | <u>52.418</u> |

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 26.

5 Contas a receber

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Títulos e faturas a receber | 134.114 | 100.496 | 134.114 | 100.496 |
| Cartões de crédito | 76.164 | 86.629 | 76.164 | 86.629 |
| Outras contas a receber | 1.808 | 1.142 | 1.808 | 1.142 |
| Provisão para redução ao valor recuperável | (3.103) | (2.549) | (3.103) | (2.549) |
| | <u>208.983</u> | <u>185.718</u> | <u>208.983</u> | <u>185.718</u> |

Abaixo o aging dos títulos e faturas a receber:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| A vencer: | | | | |
| Até 30 dias | 36.124 | 27.537 | 36.124 | 27.537 |
| De 31 a 60 dias | 23.218 | 26.543 | 23.218 | 26.543 |
| De 61 a 90 dias | 24.206 | 18.807 | 24.206 | 18.807 |
| De 91 a 180 dias | 23.008 | 14.582 | 23.008 | 14.582 |
| De 181 a 360 dias | 6.075 | 1.119 | 6.075 | 1.119 |
| Há mais de 360 dias | 6.470 | 1.004 | 6.470 | 1.004 |
| | <u>119.101</u> | <u>89.592</u> | <u>119.101</u> | <u>89.592</u> |
| Vencidos: | | | | |
| Até 30 dias | 6.589 | 3.275 | 6.589 | 3.275 |
| De 31 a 60 dias | 1.722 | 3.058 | 1.722 | 3.058 |
| De 61 a 90 dias | 1.089 | 391 | 1.089 | 391 |
| De 91 a 180 dias | 1.015 | 1.250 | 1.015 | 1.250 |
| De 181 a 360 dias | 2.623 | 894 | 2.623 | 894 |
| Há mais de 360 dias | 1.975 | 2.036 | 1.975 | 2.036 |
| | <u>15.013</u> | <u>10.904</u> | <u>15.013</u> | <u>10.904</u> |
| | <u>134.114</u> | <u>100.496</u> | <u>134.114</u> | <u>100.496</u> |

O saldo de contas a receber vinculados a cartões de crédito a receber é composto como segue:

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|-------------------|---------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| A vencer: | | | | |
| Até 30 dias | 29.140 | 38.889 | 29.140 | 38.889 |
| De 31 a 60 dias | 18.891 | 21.477 | 18.891 | 21.477 |
| De 61 a 90 dias | 14.009 | 13.335 | 14.009 | 13.335 |
| De 91 a 180 dias | 11.217 | 10.971 | 11.217 | 10.971 |
| De 181 a 360 dias | 2.907 | 1.957 | 2.907 | 1.957 |
| | <u>76.164</u> | <u>86.629</u> | <u>76.164</u> | <u>86.629</u> |

As perdas esperadas são estimadas com base em análises históricas e registradas no momento do reconhecimento do contas a receber. As perdas estimadas, bem como suas reversões, são registradas na demonstração do resultado.

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Saldo no início do exercício | <u>(2.549)</u> | <u>(3.795)</u> | <u>(2.549)</u> | <u>(3.795)</u> |
| Adição no exercício | (1.865) | (1.962) | (1.865) | (1.962) |
| Reversão no exercício | 1.311 | 3.208 | 1.311 | 3.208 |
| Saldo no fim do exercício | <u><u>(3.103)</u></u> | <u><u>(2.549)</u></u> | <u><u>(3.103)</u></u> | <u><u>(2.549)</u></u> |

6 Estoques

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|--|---------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Produtos acabados e mercadorias para revenda | 77.424 | 73.558 | 77.424 | 73.558 |
| Matéria-prima | 15.318 | 12.108 | 15.318 | 12.108 |
| Importação em andamento | 5.327 | 6.125 | 6.195 | 7.309 |
| Provisão para perdas nos estoques | <u>(2.551)</u> | <u>(5.757)</u> | <u>(2.551)</u> | <u>(5.757)</u> |
| | <u>95.518</u> | <u>86.034</u> | <u>96.386</u> | <u>87.218</u> |

O valor da provisão para perdas nos estoques é determinado com base na provável perda de inventário de matérias-primas e de produtos acabados, bem como pela desvalorização dos estoques das mercadorias com defeito e com baixa expectativa de venda.

A movimentação da provisão para realização e obsolescência dos estoques é como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Saldo no início do exercício | (5.757) | (6.630) | (5.757) | (6.630) |
| Adição no exercício | (2.118) | (3.047) | (2.118) | (3.047) |
| Reversão no exercício | 5.324 | 3.920 | 5.324 | 3.920 |
| Saldo no fim do exercício | <u>(2.551)</u> | <u>(5.757)</u> | <u>(2.551)</u> | <u>(5.757)</u> |

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve baixas de recebíveis.

7 Impostos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| ICMS a recuperar - Substituição tributária | 3.318 | 2.853 | 3.318 | 2.853 |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | 5.737 | 1.266 | 5.737 | 1.266 |
| COFINS a recuperar | 321 | - | 321 | - |
| IRRF a compensar | 114 | 29 | 125 | 40 |
| PIS a recuperar | 70 | - | 70 | - |
| Habilitação de Crédito de INSS - FAP/RAT | 16 | 16 | 16 | 16 |
| Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI | - | 18 | - | 18 |
| Impostos s/ serviços a compensar | 6 | 9 | 6 | 9 |
| | <u>9.582</u> | <u>4.191</u> | <u>9.593</u> | <u>4.202</u> |

8 Outras contas a receber

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|--------------|---------------|--------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Adiantamentos a fornecedores (i) | 5.223 | 3.976 | 5.393 | 3.976 |
| Adiantamentos a empregados | 1.253 | 548 | 1.253 | 548 |
| Adiantamentos a fornecedores estrangeiros (ii) | 4.746 | - | 4.746 | - |
| Outros valores a receber | 35 | 27 | 35 | 27 |
| | <u>11.257</u> | <u>4.551</u> | <u>11.427</u> | <u>4.551</u> |
| Parcela classificada no ativo circulante | 11.222 | 4.524 | 11.392 | 4.524 |
| Parcela classificada no ativo não circulante | 35 | 27 | 35 | 27 |
| | <u>11.257</u> | <u>4.551</u> | <u>11.427</u> | <u>4.551</u> |

- (i) A variação em adiantamentos a fornecedores refere-se, substancialmente a expansão de novas lojas.
- (ii) Segregação de valores adiantados para mercadorias importadas cujo valor foi adiantado e aguarda internalização em estoques.

9 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui os seguintes saldos acumulados passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente.

A movimentação em 2025 foi a seguinte:

| Controladora e Consolidado | | | | |
|---|--------------------------------|--------------------------|---------------|-----------------------|
| Saldo em 31 de dezembro 2025 | | | | |
| Em milhares de Reais | Saldo líquido em 1º de janeiro | Reconhecido no resultado | Valor líquido | Ativo fiscal diferido |
| Provisão para redução ao valor recuperável | 866 | 190 | 1.056 | 1.056 |
| Provisão para perdas nos estoques | 1.958 | (1.091) | 867 | 867 |
| Provisão para gratificações a empregados | 1.757 | (126) | 1.631 | 1.631 |
| Provisão para gratificações a dirigentes estatutários | 834 | (114) | 720 | 720 |
| Provisão para consultoria e outras obrigações | 2.525 | (1.073) | 1.452 | 1.452 |
| Provisão para contingências | 1.216 | (592) | 624 | 624 |
| Arrendamentos | - | 6.069 | 6.069 | 6.069 |
| Total | 9.156 | 3.263 | 12.419 | 12.419 |

A movimentação em 2024 foi a seguinte:

| Controladora e Consolidado | | | | |
|---|--------------------------------|--------------------------|---------------|-----------------------|
| Saldo em 31 de dezembro 2024 | | | | |
| Em milhares de Reais | Saldo líquido em 1º de janeiro | Reconhecido no resultado | Valor líquido | Ativo fiscal diferido |
| Provisão para perda de crédito esperada para o contas a receber | 1.289 | (423) | 866 | 866 |
| Provisão para perdas nos estoques | 2.254 | (296) | 1.958 | 1.958 |
| Provisão para gratificações a empregados | 1.945 | (188) | 1.757 | 1.757 |
| Provisão para gratificações a dirigentes estatutários | 202 | 632 | 834 | 834 |
| Provisão para consultoria e outras obrigações | 1.610 | 915 | 2.525 | 2.525 |
| Provisão para contingências | 1.044 | 172 | 1.216 | 1.216 |
| Total | 8.344 | 812 | 9.156 | 9.156 |

Atualmente a Companhia não possui créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro.

b. Conciliação da despesa efetiva de IRPJ e CSLL

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Lucro antes do IRPJ e da CSLL | 84.835 | 78.444 | 84.835 | 78.449 |
| Alíquota fiscal combinada | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social taxa nominal | (28.844) | (26.671) | (28.844) | (26.673) |
| Juros sobre o capital próprio | - | 8.505 | - | 8.505 |
| Lei do bem | 1.588 | - | 1.588 | - |
| Subvenções para Investimentos - ICMS/ES | 11.239 | 10.529 | 11.239 | 10.529 |
| Brindes | (694) | (955) | (694) | (955) |
| Baixas de imobilizado | (777) | (441) | (777) | (441) |
| Líquido de adições e exclusões sobre Arrendamentos financeiros (i) | - | (760) | - | (760) |

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Outras exclusões (adições) | 238 | (2.570) | 235 | (2.573) |
| Provisões diversas | 3.263 | 812 | 3.263 | 812 |
| Incentivo fiscal – PAT | 207 | - | 207 | - |
| Incentivo fiscal – lucro da exploração | 247 | - | 247 | - |
| | <u>(13.533)</u> | <u>(11.551)</u> | <u>(13.533)</u> | <u>(11.556)</u> |
| Imposto de renda e contribuição social do exercício: | | | | |
| Correntes | (16.796) | (12.363) | (16.796) | (12.368) |
| Diferidos | <u>3.263</u> | <u>812</u> | <u>3.263</u> | <u>812</u> |
| Total | <u>(13.533)</u> | <u>(11.551)</u> | <u>(13.533)</u> | <u>(11.556)</u> |
| | <u>16%</u> | <u>15%</u> | <u>16%</u> | <u>15%</u> |

- (i) Em 2025 passamos a considerar as adições e exclusões sobre arrendamentos financeiros como diferenças temporárias, em 2024 essas adições e exclusões eram tratadas de como permanentes.

c. Créditos IRPJ e CSLL a recuperar

A Companhia apresentou saldo credor na apuração de IRPJ e CSLL referente aos exercícios de 2025 e 2024, sendo R\$1.384 em 2025 e (R\$391 em 2024).

10 Imobilizado

| Controladora e consolidado | | | | | | | |
|--------------------------------------|-------|-----------------------|-----------------|---------------|-----------------------|-----------------|---------------|
| 31/12/2025 | | | 31/12/2024 | | | | |
| Taxa anual de depreciação - % | Custo | Depreciação acumulada | Valor líquido | Custo | Depreciação acumulada | Valor líquido | |
| Máquinas e equipamentos | 10% | 2.641 | (951) | 1.690 | 2.072 | (753) | 1.319 |
| Móveis e utensílios | 10% | 15.765 | (5.732) | 10.033 | 11.771 | (4.552) | 7.219 |
| Instalações | 10% | 475 | (157) | 318 | 403 | (114) | 289 |
| Veículos | 20% | 78 | (78) | - | 78 | (78) | - |
| Equipamentos de informática | 20% | 10.149 | (6.212) | 3.937 | 8.477 | (4.785) | 3.692 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 10% | 42.470 | (19.885) | 22.585 | 35.920 | (17.186) | 18.734 |
| Imobilizado em andamento | 0% | 333 | - | 333 | 2.539 | - | 2.539 |
| Total | | 71.911 | (33.015) | 38.896 | 61.260 | (27.468) | 33.792 |

A movimentação do ativo imobilizado foi a seguinte:

| 2025 | | | | | |
|--------------------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|--------------------------|
| Imobilizado líquido 2024 | Adições | Baixas | Depreciação | Transferências | Imobilizado líquido 2025 |
| Máquinas e equipamentos | 1.319 | 665 | (96) | (198) | 1.690 |
| Móveis e utensílios | 7.219 | 4.295 | (301) | (1.180) | 10.033 |
| Instalações | 289 | 82 | (10) | (43) | 318 |
| Equipamentos de informática | 3.692 | 1.761 | (89) | (1.427) | 3.937 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 18.734 | 8.171 | (1.621) | (2.699) | 22.585 |
| Imobilizado em andamento | 2.539 | 959 | (121) | - | 333 |
| Total | 33.792 | 15.933 | (2.238) | (5.547) | 38.896 |

| 2024 | | | | | |
|--------------------------------------|-----------------------------|---------------|--------------|----------------|-----------------------------|
| | Imobilizado líquido 2023 | Adição | Baixa | Depreciação | Imobilizado líquido 2024 |
| Máquinas e equipamentos | 599 | 872 | (9) | (143) | 1.319 |
| Móveis e utensílios | 5.139 | 3.153 | (78) | (995) | 7.219 |
| Instalações | 240 | 87 | (4) | (34) | 289 |
| Equipamentos de informática | 2.704 | 2.173 | (28) | (1.157) | 3.692 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 17.004 | 5.796 | (842) | (3.224) | 18.734 |
| Imobilizado em andamento | - | 2.539 | - | - | 2.539 |
| Total | 25.686 | 14.620 | (961) | (5.553) | 33.792 |

A Companhia testa anualmente os valores recuperáveis dos ativos imobilizados que estão sujeitos à depreciação e são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Nenhum evento ou mudança nas circunstâncias foram encontrados onde indicasse que o valor contábil pode não ser recuperável.

11 Intangível

| Controladora e consolidado | | | | | | | |
|----------------------------------|---------------|-----------------------|---------------|---------------|-----------------------|---------------|--|
| 31/12/2025 | | | | 31/12/2024 | | | |
| Taxa anual de amortização - % | Custo | Amortização acumulada | Valor líquido | Custo | Amortização acumulada | Valor líquido | |
| Marcas e patentes | 363 | - | 363 | 13 | - | 13 | |
| Softwares | 36.940 | (7.401) | 29.539 | 20.978 | (6.494) | 14.484 | |
| Intangível em andamento | 499 | - | 499 | - | - | - | |
| Total | 37.802 | (7.401) | 30.401 | 20.991 | (6.494) | 14.497 | |

A movimentação do ativo intangível foi a seguinte:

| | 2025 | | | | | 31/12/2025 |
|-------------------------|---------------|---------------|----------|--------------|----------------|---------------|
| | 31/12/2024 | Adição | Baixa | Amortização | Transferências | |
| Marcas e patentes | 13 | 350 | - | - | - | 363 |
| Softwares (i) | 14.484 | 12.918 | - | (907) | 3.044 | 29.539 |
| Intangível em andamento | - | 499 | - | - | - | 499 |
| Total | 14.497 | 13.767 | - | (907) | 3.044 | 30.401 |

- (i) Tivemos investimentos em aplicativos para serviço do cliente, para serviço do vendedor, melhorias significativas com ERP na parte de desenvolvimento para atendimento da planta fabril em Aracruz via manufatura, construção de *databricks*, entre outros.

| | 2024 | | | | 31/12/2024 |
|-------------------|--------------|---------------|-------------|----------------|---------------|
| | 31/12/2023 | Adição | Baixa | Amortização | |
| Marcas e patentes | 13 | - | - | - | 13 |
| Softwares | 5.209 | 10.753 | (13) | (1.465) | 14.484 |
| Total | 5.222 | 10.753 | (13) | (1.465) | 14.497 |

12 Fornecedores

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Fornecedores nacionais | 44.211 | 51.807 | 44.222 | 51.817 |
| Fornecedores nacionais – risco sacado (i) | - | 4.673 | - | 4.673 |
| Fornecedores estrangeiros (ii) | 15.211 | 6.437 | 15.211 | 6.437 |
| Total | 59.422 | 62.917 | 59.433 | 62.927 |

- (i) A Companhia possuía contratos firmados com o Banco Itaú para estruturar com os seus principais fornecedores a operação denominada “risco sacado” em 2024, essa operação foi descontinuada em 2025. A operação foi estruturada de forma que não houve mudança de valores e prazos de pagamento para a Companhia em relação a transação de compra.
- (ii) A exposição da Companhia para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa 26.

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

13.1 Composição dos saldos

| Instituição e modalidade | Taxa | Vencimento | Moeda | 2025 | 2024 |
|---|------------|------------|-------|----------------|----------|
| Debêntures - 1ª emissão (i) | DI + 1,45% | 05/12/2032 | Real | 150.000 | - |
| Notas Comerciais – 1ª emissão (ii) | DI + 2% | 14/11/2030 | Real | 6.000 | - |
| Total empréstimos em moeda local | | | | 156.000 | - |

(i) *Emissão debêntures*

Em 05 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu sua 1ª emissão de debêntures de acordo com a instrução CVM 160, sendo emitidas 150.000 debentures simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie com garantia real, para distribuição pública, sob o rito de registro automático no valor nominal de R\$1 cada, totalizando o montante de R\$150.000, correspondente a R\$148.391 líquidos após a dedução dos encargos de emissão de R\$1.609. o agente fiduciário é a Oliveira Trust Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários S.A.

As debêntures têm prazo total de sete anos, com vencimento do principal em dez parcelas, programadas para pagamento semestral a partir de junho de 2028. A remuneração é composta pela variação acumulada da DI 252 dias acrescida de spread de 1,45% ao ano, com pagamento de juros semestral a partir de junho de 2026.

A emissão foi aprovada pelo conselho de administração em reunião realizada em 21 de outubro de 2025, e tem por finalidade o uso geral de caixa pela emitente.

Os custos de transação incorridos na emissão, no montante de R\$ 1.609, foram registrados como redutor do passivo financeiro, sendo apropriado ao resultado pelo método de taxa efetiva de juros, conforme estabelecido nos CPC 48 - Instrumentos financeiros e CP 08 - Custo de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

As debêntures estão classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado, pois representam obrigações contratuais de pagamento de caixa e não são mantidas para negociação.

(ii) Emissão de Notas Comerciais

Em 05 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu sua 1ª emissão de Notas Comerciais, sendo emitidas 6.000 Notas Comerciais, no valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando o montante de R\$ 6.000, o agente fiduciário é a Limine Trust Distribuidora de Título e Valores Mobiliários LTDA.

As Notas Comerciais têm prazo total de cinco anos, com vencimento do principal em dezesseis parcelas, programadas para pagamento trimestral a partir de março de 2027. A remuneração é composta pela variação acumulada da DI 252 dias acrescida de spread de 2% ao ano, com pagamento de juros semestral a partir de março de 2026.

A emissão foi aprovada pelo conselho de administração em reunião realizada em 21 de outubro de 2025, os recursos da emissão serão destinados ao uso geral de caixa da emitente.

13.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------|----------------|----------|----------------|----------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Saldo inicial do exercício | - | - | - | - |
| Captações | 156.000 | - | 156.000 | - |
| Encargos de captação | (1.609) | - | (1.609) | - |
| Apropriação de encargos de captação | 19 | - | 19 | - |
| Encargos financeiros | 1.619 | - | 1.619 | - |
| | <u>156.029</u> | <u>-</u> | <u>156.029</u> | <u>-</u> |
| Classificadas como circulante | 40 | - | 40 | - |
| Classificadas como não circulante | <u>155.989</u> | <u>-</u> | <u>155.989</u> | <u>-</u> |
| | <u>156.029</u> | <u>-</u> | <u>156.029</u> | <u>-</u> |

13.3 Maturidade dos empréstimos, financiamentos e debêntures

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------|----------------|----------|----------------|----------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| De 1 a 2 anos | 1.499 | - | 1.499 | - |
| De 3 a 5 anos | 35.020 | - | 35.020 | - |
| De 6 a 7 anos | <u>119.470</u> | <u>-</u> | <u>119.470</u> | <u>-</u> |
| | <u>155.989</u> | <u>-</u> | <u>155.989</u> | <u>-</u> |

13.4 Cláusula de compromissos financeiros (“Covenants”)

Determinados contratos possuem cláusulas de compromissos de manutenção de indicadores de endividamento e coberturas de juros medidos pelo EBITDA em relação ao saldo de dívida financeira líquida. Em cada período de apuração anual, dos limites a serem calculados, estabelecidos pela razão entre a Dívida Financeira Líquida (conforme definida abaixo) e o EBITDA Ajustado (conforme definido abaixo) de até 3,00x até a Data de Vencimento, apurados com base nas demonstrações financeiras auditadas e consolidadas da Emissora, sendo:

- (i) (A) “Dívida Financeira Líquida”: (+) Dívidas com instituições financeiras; (+) Títulos e Valores Mobiliários representativos de dívida; (+) Mútuos a pagar; (+) Leasings; (+/-) Saldo líquido de operações de derivativos;
- (ii) (B) “EBITDA Ajustado”: (+/-) Lucro/prejuízo líquidos; (+/-) Despesa/receita financeira líquida; (+) Provisão para IRPJ e CSLL (+) Depreciações, amortizações e exaustões; (+/-) Perdas/lucros resultantes de equivalência patrimonial. Ajustes por itens não recorrentes, incluindo, mas não se limitando a: (i) despesas com fusões e aquisições; (ii) contingências judiciais não recorrentes; e (iii) despesas com reestruturações societárias.

Todos os compromissos descritos nos contratos foram cumpridos em 31 de dezembro de 2025, incluindo a manutenção dos índices

14 Obrigações tributárias

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | 8.544 | 7.586 | 8.544 | 7.586 |
| Contribuição ao Financiamento da Seguridade Social - COFINS | 3.960 | 3.778 | 3.960 | 3.778 |
| Programa de Integração Social - PIS | 858 | 818 | 858 | 818 |
| Outros | 479 | 1.082 | 480 | 1.083 |
| | <u>13.841</u> | <u>13.264</u> | <u>13.842</u> | <u>13.265</u> |

15 Obrigações sociais e trabalhistas

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Provisão para férias | 11.483 | 10.188 | 11.483 | 10.188 |
| Salários a pagar | 6.115 | 5.656 | 6.115 | 5.656 |
| Provisão para bônus a empregados | 8.001 | 9.267 | 8.001 | 9.267 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte a Recolher - IRRF | 5.494 | 2.838 | 5.494 | 2.838 |
| Instituto Nacional do Seguro Social - INSS | 7.292 | 3.004 | 7.292 | 3.004 |
| Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS | 1.062 | 892 | 1.062 | 892 |
| Contribuições Sindicais | 17 | 58 | 17 | 58 |
| | <u>39.464</u> | <u>31.903</u> | <u>39.464</u> | <u>31.903</u> |

16 Arrendamento

Ativo de direito de uso

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Saldo inicial | 89.043 | 56.949 | 89.043 | 56.949 |
| Adição | 59.568 | 51.121 | 59.568 | 51.121 |
| Adição pontos comerciais | 3.506 | - | 3.506 | - |
| Transferência | (22) | 4.157 | (22) | 4.157 |
| Baixa | (10.106) | (1.563) | (10.106) | (1.563) |
| Amortização | (25.039) | (22.219) | (25.039) | (22.219) |
| Outros | - | 598 | - | 598 |
| | 116.950 | 89.043 | 116.950 | 89.043 |

Passivo de arrendamento

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Saldo inicial | 84.514 | 51.300 | 84.514 | 51.300 |
| Adição | 59.568 | 51.121 | 59.568 | 51.121 |
| Transferência | (22) | 4.157 | (22) | 4.157 |
| Baixa | (8.405) | (1.811) | (8.405) | (1.811) |
| Pagamento de principal | (22.759) | (21.315) | (22.759) | (21.315) |
| Pagamento de juros | (7.659) | (5.248) | (7.659) | (5.248) |
| Juros apropriados | 8.172 | 6.310 | 8.172 | 6.310 |
| Outros | (2.610) | - | (2.610) | - |
| | 110.799 | 84.514 | 110.799 | 84.514 |
| Passivo circulante | 17.407 | 27.909 | 17.407 | 27.909 |
| Passivo não circulante | 93.392 | 56.605 | 93.392 | 56.605 |
| | 110.799 | 84.514 | 110.799 | 84.514 |

Maturidade dos passivos de arrendamento

Abaixo demonstramos o fluxo de pagamento dos arrendamentos:

| | Controladora e Consolidado | | | | |
|--------------------------------|----------------------------|--------|--------|-------------------|------------------------|
| | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 em diante | Saldo em 31/12/2025 |
| Fluxo de pagamentos futuros | | | | | |
| Fluxo de caixa real contratual | 29.692 | 25.731 | 22.104 | 74.641 | 152.168 |

Condições de pagamento dos contratos

O passivo de arrendamento possui prazo de pagamento entre 5 e 10 anos e a taxa de desconto utilizada é de taxa de CDI + 2%, conforme taxa de contratação do empréstimo de longo prazo, e as despesas com arrendamento operacional, juros e amortização registradas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 30.603 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 28.529).

Opção de prorrogação

As prorrogações são aplicadas de forma uniforme a todos os contratos, revisada periodicamente e ajustada quando há:

- Alteração relevante no prazo do arrendamento (incluindo situações em que a Companhia entende que existe razoável certeza de renovação, adicionando um ciclo operacional adicional);
- Modificação contratual; e
- Revisão de índices ou taxas que alterem os pagamentos futuros.

17 Provisão para passivo a descoberto em controladas

Os investimentos estão compostos por participações societárias permanentes, avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A Companhia possui investimento na controlada Aramis Publicidade Ltda., que atua no segmento de propaganda e publicidade, tendo como objetivo principal o agenciamento na divulgação da marca Aramis em revistas de moda e veículos de comunicação na internet.

A Aramis Publicidade Ltda. foi adquirida no ano de 2014 e está em fase pré-operacional.

A seguir apresentamos as informações financeiras sumarizadas da controlada em 31 de dezembro de 2025:

| Sociedade investida | Controladora | | | |
|---|---------------|---------------|--------------------|----------------------------------|
| | Ativo | Passivo | Patrimônio Líquido | Receitas (Despesas) Operacionais |
| Aramis Publicidade Ltda. | 10 | 118 | (108) | (14) |
| Vanguard Way Importações e Comércio Ltda. | 19.031 | 17.974 | 1.057 | (50) |
| | 19.041 | 18.092 | 949 | (64) |

18 Outras contas a pagar

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Aluguéis a pagar | 6.013 | 4.342 | 6.013 | 4.342 |
| Comissões a pagar | - | 173 | - | 173 |
| Adiantamentos de clientes | 1.786 | 7.210 | 1.786 | 7.210 |
| Outras contas a pagar | 1.134 | 5.362 | 1.134 | 5.362 |
| | 8.933 | 17.087 | 8.933 | 17.087 |
| Parcela classificada no passivo circulante | 8.933 | 17.033 | 8.933 | 17.033 |
| Parcela classificada no passivo não circulante | - | 54 | - | 54 |
| | 8.933 | 17.087 | 8.933 | 17.087 |

19 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía riscos de natureza tributária, trabalhista e cíveis (polo passivo), cuja expectativa de perda foi considerada provável pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos externos e pela controladoria interna, sendo:

| | Controladora e consolidado | | | |
|--|----------------------------|--------------|--------------|----------------|
| | Tributários | Trabalhistas | Cíveis | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | <u>2.683</u> | <u>575</u> | <u>319</u> | <u>3.577</u> |
| Provisões | 392 | 242 | - | 634 |
| Reversões | <u>(1.813)</u> | <u>(263)</u> | <u>(300)</u> | <u>(2.376)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 1.262 | 554 | 19 | 1.835 |

| | Controladora e consolidado | | | |
|--|----------------------------|--------------|------------|----------------|
| | Tributários | Trabalhistas | Cíveis | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | <u>2.279</u> | <u>300</u> | <u>492</u> | <u>3.071</u> |
| Provisões | 2.939 | 553 | 14 | 3.506 |
| Reversões | (1.018) | (371) | (187) | (1.576) |
| Transferência | (93) | 93 | - | - |
| Pagamentos/Baixas | <u>(1.424)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(1.424)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 2.683 | 575 | 319 | 3.577 |

Contingências com perdas possíveis

A Administração da Companhia não considerou necessária a constituição de provisão para eventual perda sobre os processos judiciais em andamento, no montante de R\$ 7.241 (R\$ 4.188 em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$ 2.963 de natureza tributária (R\$ 2.044 em 31 de dezembro de 2024), R\$ 3.548 de natureza trabalhista (R\$ 1.818 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 730 de natureza civil (R\$ 326 em 31 de dezembro de 2024), para os quais, na avaliação da Administração e seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível.

Depósitos judiciais

| | Controladora e consolidado | |
|--------------|----------------------------|--------------|
| | 2025 | 2024 |
| Trabalhistas | 274 | 350 |
| Cíveis | 9 | 6 |
| Tributários | 11.956 | 5.348 |
| | 12.239 | 5.704 |

20 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia somava o montante de R\$ 18.993, o qual estava representado por 3.242.973 (3.918.116 em 2024) ações, todas as ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, distribuídas conforme segue:

Estrutura acionária vigente em 31 de dezembro de 2025:

| | Valor capital | Ações | % Partic. |
|----------------------|---------------|------------------|-------------|
| Richard Gabriel Stad | 6.680 | 1.140.569 | 35% |
| VCI-FC Holding S.A. | 12.312 | 2.102.404 | 65% |
| Total | 18.992 | 3.242.973 | 100% |

Estrutura acionária vigente em 31 de dezembro de 2024:

| | Valor capital | Ações | % Partic. |
|---|---------------|------------------|-------------|
| Henri Rene Christian Stad | 5.160 | 1.064.459 | 27% |
| Richard Gabriel Stad | 4.749 | 979.826 | 25% |
| 2bCapital - Brasil Capital de Crescimento I – FIP | 5.780 | 1.192.471 | 31% |
| NC PAR - Fundo de Investimento em Participações | 3.303 | 681.360 | 17% |
| Total | 18.992 | 3.918.116 | 100% |

Reestruturação societária

Em 12 de dezembro de 2025, a Companhia passou por reestruturação societária, portanto destinou reservas de capital no montante de R\$ 57.477 para a recompra e cancelamento de 675.143 ações, caracterizada pela alienação da totalidade das participações societárias detidas pelos seguintes acionistas:

- 2bCapital – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo de Investimento em Participações
- NC PAR – Fundo de Investimento em Participações
- Henri Rene Christian Stad

Como resultado dessa operação, a VCI-FC Holding S.A. ingressou no quadro societário com 2.102.404 ações ordinárias (participação societária de 65%), e o acionista Richard Gabriel Stad aumentou sua participação, totalizando 1.140.569 ações ordinárias (participação societária de 35%). De acordo com o novo acordo de acionistas celebrado como parte de reestruturação, ambos os acionistas possuem controle direto da Companhia.

Os controladores indiretos da Companhia por meio da VCI-FC Holding S.A. são a Fener Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia de Responsabilidade Limitada I, e a Concept V Fundo de Investimentos em Participações - Multiestratégia - Responsabilidade Limitada, cada uma com 50% de participação na VCI-FC Holding S.A.

O acordo de acionistas determina: i) o pagamento bônus por retorno de investimento em ações; ii) opção de venda de ações com cláusulas não financeiras que impedem que as ações sejam reconhecidas na data-base destas demonstrações financeiras; e iii) plano de incentivo de longo prazo (ILP) com período de outorga das ações entre o 3º e o 5º aniversário do ILP (sendo 1/3 por aniversário).

Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Reserva de capital

Em 07 de fevereiro de 2014, em Assembleia Geral, os acionistas aprovaram a emissão de 1.192.471 (um milhão cento e noventa e dois mil quatrocentas e setenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço total de subscrição de R\$ 70.000, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista 2BCAPITAL - Brasil Capital de Crescimento I - Fundo de Investimento em Participações. Nessa transação, R\$ 68.815 foram reconhecidos como Reserva de capital.

Dessa operação, o montante de R\$ 68.815 foi registrado como reserva de capital por estar vinculado ao valor pago pelos investidores à época acima do montante alocado como Capital Social.

No exercício de 2025, R\$ 57.477 dessa reserva de capital foi utilizada para pagamento do cancelamento de ações, pertencentes aos acionistas que se retiraram da Companhia, conforme aprovado em Assembleia Geral de 12 de dezembro de 2025, nos termos do artigo 200 da Lei nº 6.404/76. O valor remanescente de R\$11.338, foi mantido como reserva de capital.

Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foi constituída reserva legal por já ter alcançado o limite do capital social, no valor de R\$3.799.

Reserva de lucros

A reserva de lucros, que deve ser constituída nos termos da Lei das Sociedades por Ações, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, para atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, a ser deliberado em Assembleia Geral.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais é constituída nos termos do art. 195-A da Lei nº 6.404/76 e corresponde à parcela do lucro líquido decorrente de subvenções e incentivos governamentais para investimento, registrada no resultado do exercício. Esses valores são destinados à formação de reserva específica no patrimônio líquido, não podendo ser distribuídos como dividendos, sendo utilizados exclusivamente para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia constituiu reserva de incentivos fiscais de acordo com a legislação societária vigente. O saldo da conta de reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2025 é de R\$157.653 (R\$124.596 em 2024). Vide nota explicativa Nº 27.

Dividendos

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu Estatuto Social, bem como à Lei das Sociedades por Ações, o qual contém as seguintes destinações:

- 5% para reserva legal.
- Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido em Assembleia Geral, entretanto, respeitando as regras previstas no estatuto social vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal e a formação de reserva para contingências).

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral, calculada nos termos da referida Lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

- Dividendos compostos por: (a) dividendos intercalares, referente ao período findo em 30 de novembro de 2025, no montante total de R\$ 36.088; (b) dividendos obrigatórios relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante total de R\$ 10.778; (c) de dividendos intermediários, com base no saldo da reserva de lucros apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante total de R\$ 34.210; e (d) juros sobre o capital próprio pagos referente a deliberações de exercícios anteriores no montante de R\$ 14.926.

21 Receita operacional líquida

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Vendas de mercadorias no atacado | 366.592 | 294.517 | 366.592 | 294.517 |
| Venda de mercadorias no varejo | 387.187 | 350.637 | 387.187 | 350.637 |
| E-Commerce | 83.865 | 65.416 | 83.865 | 65.416 |
| (-) Descontos incondicionais | (1.225) | (1.490) | (1.225) | (1.490) |
| (-) Devoluções de vendas | (48.373) | (38.574) | (48.373) | (38.574) |
| Receita de venda de mercadorias | <u>788.046</u> | <u>670.506</u> | <u>788.046</u> | <u>670.506</u> |
| Receitas de serviços (i) | 8.745 | 7.461 | 8.745 | 7.461 |
| Receita bruta | <u>796.791</u> | <u>677.967</u> | <u>796.791</u> | <u>677.967</u> |
| (-) Impostos sobre vendas | | | | |
| ICMS | (74.485) | (68.634) | (74.485) | (68.634) |
| COFINS | (52.019) | (44.103) | (52.019) | (44.103) |
| PIS | (11.294) | (9.575) | (11.294) | (9.575) |
| ISS | (396) | (412) | (396) | (412) |
| IPI | (290) | (86) | (290) | (86) |
| | <u>(138.484)</u> | <u>(122.810)</u> | <u>(138.484)</u> | <u>(122.810)</u> |
| Receita operacional líquida | <u>658.307</u> | <u>555.157</u> | <u>658.307</u> | <u>555.157</u> |

- (i) As receitas de “royalties” referem-se substancialmente aos recebimentos sobre a produção e revenda de alguns produtos da marca Aramis aos clientes multimarca e franqueados.

22 Custo das mercadorias vendidas, despesas por natureza com vendas e administrativas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Custo das mercadorias vendidas | (221.220) | (180.141) | (221.220) | (180.141) |
| Salários e remunerações | (111.169) | (93.274) | (111.169) | (93.274) |
| Aluguéis e condomínios | (16.311) | (15.590) | (16.311) | (15.590) |
| Serviços profissionais (i) | (39.657) | (29.707) | (39.671) | (29.707) |
| Comissões sobre vendas | (17.441) | (13.853) | (17.441) | (13.853) |
| Encargos sociais | (33.260) | (27.186) | (33.260) | (27.186) |
| Propaganda e publicidade | (31.757) | (26.693) | (31.757) | (26.693) |
| Fretes e distribuição (ii) | (14.788) | (14.085) | (14.788) | (14.085) |
| Benefícios e outras despesas com pessoal | (21.040) | (16.955) | (21.040) | (16.955) |
| Depreciações e amortizações | (32.310) | (29.568) | (32.310) | (29.568) |
| Reversão (provisão) para redução ao valor recuperável | (566) | 1.246 | (566) | 1.246 |
| Outras despesas | (33.090) | (32.533) | (33.090) | (32.545) |
| | <u>(572.609)</u> | <u>(478.339)</u> | <u>(572.623)</u> | <u>(478.351)</u> |

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Classificadas como: | | | | |
| Custo das mercadorias vendidas | (221.220) | (180.141) | (221.220) | (180.141) |
| Despesas com vendas | (155.690) | (128.564) | (155.690) | (128.564) |
| Redução ao valor recuperável | (554) | 1.246 | (554) | 1.246 |
| Despesas gerais e administrativas | <u>(195.145)</u> | <u>(170.880)</u> | <u>(195.159)</u> | <u>(170.892)</u> |
| | <u>(572.609)</u> | <u>(478.339)</u> | <u>(572.623)</u> | <u>(478.351)</u> |

- (i) Substancialmente, serviços profissionais relacionados a consultorias, auditoria, segurança e vigilância, limpeza, cursos e treinamentos e outros.
- (ii) A natureza dos fretes da companhia é classificada com despesas de vendas.

23 Outras despesas e outras receitas

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|--|---------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Receitas | | | | |
| Resultado na venda de ativo imobilizado e intangível | 1.123 | 1 | 1.123 | 1 |
| Vendas acessórias | 498 | 423 | 498 | 423 |
| Bonificações recebidas | 40 | 42 | 40 | 42 |
| Outras receitas (i) | <u>7.862</u> | <u>2.878</u> | <u>7.862</u> | <u>2.878</u> |
| Total de outras receitas | <u>9.523</u> | <u>3.344</u> | <u>9.523</u> | <u>3.344</u> |
| Despesas | | | | |
| Baixas de ativo imobilizado e intangível | <u>(2.284)</u> | <u>(1.300)</u> | <u>(2.284)</u> | <u>(1.300)</u> |
| Total de outras despesas | <u>(2.284)</u> | <u>(1.300)</u> | <u>(2.284)</u> | <u>(1.300)</u> |

- (i) Essa linha é formada substancialmente por outras receitas, como receitas com sinistros, recuperações de despesas decorrentes de créditos de impostos, receita com venda de bazar interno e outros.

24 Despesas financeiras líquidas

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|---|---------------------|--------------|--------------------|--------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Variações cambiais ativas | 1.094 | 802 | 1.094 | 802 |
| Ganhos com derivativos cambiais – hedge | 445 | 780 | 445 | 780 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 2.164 | 3.860 | 2.156 | 3.936 |
| Juros ativos | 2.888 | 2.524 | 2.888 | 2.524 |
| Descontos financeiros obtidos | 122 | 171 | 122 | 171 |
| Outras receitas financeiras | <u>275</u> | <u>249</u> | <u>275</u> | <u>249</u> |
| | <u>6.988</u> | <u>8.386</u> | <u>6.980</u> | <u>8.462</u> |
| Despesas financeiras | | | | |
| Despesas bancárias | (1.181) | (672) | (1.194) | (693) |
| Despesas com cobrança | (410) | (285) | (410) | (285) |
| Juros passivos | (685) | (314) | (685) | (314) |
| Variações cambiais passivas | <u>(1.660)</u> | <u>(346)</u> | <u>(1.660)</u> | <u>(346)</u> |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Perdas com derivativos cambiais - hedge | (1.604) | (111) | (1.604) | (111) |
| Descontos financeiros concedidos | (404) | (78) | (404) | (78) |
| Multas passivas | (292) | (248) | (292) | (248) |
| Custo com emissão de debêntures | (19) | - | (19) | - |
| Juros sobre empréstimos | (1.619) | - | (1.619) | - |
| Encargos financeiros sobre leasing | (5.337) | (6.111) | (5.337) | (6.111) |
| Imposto sobre operações financeiras - IOF | (144) | (19) | (173) | (109) |
| Outras despesas financeiras | (1.671) | (564) | (1.671) | (568) |
| | <u>(15.026)</u> | <u>(8.748)</u> | <u>(15.068)</u> | <u>(8.863)</u> |
| Resultado financeiro líquido | <u>(8.038)</u> | <u>(362)</u> | <u>(8.088)</u> | <u>(401)</u> |

25 Transações com partes relacionadas

As transações financeiras de empréstimos e captação de recursos com partes relacionadas estão demonstradas conforme segue:

| | Controladora | |
|--|-------------------|---------------------|
| | 2025 | 2024 |
| Ativo não circulante - mútuos a receber | | |
| Aramis Publicidade Ltda. | 106 | 95 |
| Vanguard Way Importações e Comércio Ltda. (i) | <u>3</u> | <u>1.257</u> |
| Total | <u><u>109</u></u> | <u><u>1.352</u></u> |

Os contratos de mútuos são decorrentes de empréstimos firmados entre as partes e não estão sujeitos a nenhuma taxa de juros. O prazo de liquidação dos empréstimos é por tempo indeterminado.

- (i) Em setembro de 2025 a Companhia oficializou o aumento de capital na investida Vanguard Way Importações e Comercio Ltda no valor de R\$1.157, conforme nota explicativa 17, essa movimentação de aumento de capital não gerou caixa e está apresentada como efeitos não caixa na nota explicativa 28.

O mapa de movimentação das transações com partes relacionadas está a seguir:

| | 2024 | Mútuos | Conta corrente | Aumento capital | 2025 |
|---|---------------------|---------------------|------------------|-----------------------|-------------------|
| Aramis Publicidade Ltda. | 95 | - | 11 | - | 106 |
| Vanguard Way Importações e Comércio Ltda. | <u>1.257</u> | <u>(126)</u> | <u>29</u> | <u>(1.157)</u> | <u>3</u> |
| | <u><u>1.352</u></u> | <u><u>(126)</u></u> | <u><u>40</u></u> | <u><u>(1.157)</u></u> | <u><u>109</u></u> |

| | 2023 | Mútuos | Conta corrente | 2024 |
|---|---------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
| Aramis Publicidade Ltda. | 93 | - | 2 | 95 |
| Vanguard Way Importações e Comércio Ltda. | <u>1.019</u> | <u>134</u> | <u>104</u> | <u>1.257</u> |
| | <u><u>1.112</u></u> | <u><u>134</u></u> | <u><u>106</u></u> | <u><u>1.352</u></u> |

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

| | Mútuos com partes relacionadas | Dividendos a pagar |
|---|--------------------------------|--------------------|
| Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025 | 1.352 | 25.704 |
| Concessão de mútuos com partes relacionadas | (85) | - |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos | - | (96.002) |
| Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento | (85) | (96.002) |
| Transações não caixas | (1.057) | - |
| Passivo a descoberto | (101) | - |
| Dividendos deliberados no exercício | - | 70.298 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 109 | - |

| | Mútuos com partes relacionadas | Dividendos a pagar |
|---|--------------------------------|--------------------|
| Saldo inicial em 1º de janeiro de 2024 | 1.112 | 8.098 |
| Concessão de mútuos com partes relacionadas | 240 | - |
| Imposto de renda retido na fonte sobre JCP | - | (634) |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos | - | (15.596) |
| Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento | 240 | (16.230) |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício | - | 33.836 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 1.352 | 25.704 |

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 2025, a remuneração do pessoal-chave da administração totalizou R\$ 17.060 (R\$ 7.214 em 2024) registrados na Companhia de despesas administrativas e inclui salários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

26 Instrumentos financeiros

26.1 Categorias de instrumentos financeiros

| | Nível de valor justo | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|-----------------------------------|-------------------------|----------------|-------------------|----------------|-------------------|----------------|-------------------|----------------|-------------------|
| | | 2025 | | 2024 | | 2025 | | 2024 | |
| | | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil |
| Ativo financeiros | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | Nível 2 | 43.918 | 43.918 | 52.395 | 52.395 | 43.940 | 43.940 | 52.418 | 52.418 |
| Contas a receber de clientes | Nível 2 | 208.983 | 208.983 | 185.718 | 185.718 | 208.983 | 208.983 | 185.718 | 185.718 |
| Mútuos com partes relacionadas | Nível 2 | 109 | 109 | 1.352 | 1.352 | - | - | - | - |
| Total ativos financeiros | | 253.010 | 253.010 | 239.465 | 239.465 | 252.923 | 252.923 | 238.136 | 238.136 |
| Passivos financeiros | | | | | | | | | |
| Fornecedores | Nível 2 | 59.422 | 59.422 | 62.917 | 62.917 | 59.433 | 59.433 | 62.927 | 62.927 |
| Arrendamento mercantil | Nível 2 | 110.799 | 110.799 | 84.514 | 84.514 | 110.799 | 110.799 | 84.514 | 84.514 |
| Empréstimos e financiamentos | Nível 2 | 156.029 | 156.029 | - | - | 156.029 | 156.029 | - | - |
| Outras contas a pagar | Nível 2 | 8.933 | 8.933 | 17.087 | 17.087 | 8.931 | 8.931 | 17.087 | 17.087 |
| Total passivos financeiros | | 335.183 | 335.183 | 164.518 | 164.518 | 335.195 | 335.195 | 164.528 | 164.528 |

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta aos seguintes riscos relacionados:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; risco de taxas de câmbio;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabelece uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

A Companhia estabelece uma provisão para perda estimada com relação às contas a receber de clientes, reconhecida no resultado do exercício. As contas a receber de títulos a receber de clientes franqueados e multímarcas são monitoradas individualmente, sendo as perdas estimadas calculadas com base na experiência real da perda de crédito histórica da Companhia, utilizando o percentual de inadimplência após o vencimento. A provisão para perdas esperadas para o contas a receber em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 3.103, representando 1,5% do saldo de contas a receber em aberto, e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 2.549, equivalentes a 1,4%. Adicionalmente, o valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|--------------------------------|------------------|----------------|----------------|------------------|----------------|----------------|
| | 2025 | | | 2025 | | |
| | Valor Contratual | Até 1 ano | Acima de 1 ano | Valor Contratual | Até 1 ano | Acima de 1 ano |
| Caixa e equivalentes de caixa | 43.918 | 43.918 | - | 43.940 | 43.940 | - |
| Contas a receber de clientes | 208.983 | 208.983 | - | 208.983 | 208.983 | - |
| Mútuos com partes relacionadas | 109 | - | 109 | - | - | - |
| Total | 253.010 | 252.901 | 109 | 252.923 | 252.923 | - |
| Fornecedores | 59.422 | 59.422 | - | 59.433 | 59.433 | - |
| Arrendamento financeiro | 152.422 | 29.682 | 122.476 | 152.168 | 29.692 | 122.476 |
| Empréstimos e financiamentos | 272.663 | 40 | 272.623 | 272.663 | 40 | 272.623 |
| Outras contas a pagar | 8.933 | 8.933 | - | 8.933 | 8.933 | - |
| Total | 493.186 | 98.087 | 395.099 | 493.198 | 98.099 | 395.099 |

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|--------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2024 | | | 2024 | | |
| | Valor contábil | Até 1 ano | Acima de 1 ano | Valor contábil | Até 1 ano | Acima de 1 ano |
| Caixa e equivalentes de caixa | 52.395 | 52.395 | - | 43.940 | 43.940 | - |
| Contas a receber de clientes | 185.718 | 185.718 | - | 208.983 | 208.983 | - |
| Mútuos com partes relacionadas | 1.352 | - | 1.352 | - | - | - |
| Total | 239.465 | 238.113 | 1.352 | 252.923 | 252.923 | - |
| Fornecedores | 62.917 | 62.917 | - | 62.927 | 62.927 | - |
| Arrendamento financeiro | 117.958 | 30.418 | 87.540 | 117.958 | 30.418 | 87.540 |
| Outras contas a pagar | 17.086 | 17.087 | - | 17.087 | 17.087 | - |
| Total | 197.962 | 110.422 | 87.540 | 197.972 | 110.432 | 87.540 |

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxas de câmbio

Decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de estoques e a contratação de instrumentos financeiros.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o Dólar norte-americano que encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 com valorização em relação ao Real de 27,9%, quando comparado a 31 de dezembro de 2024. Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados abaixo:

| Natureza dos saldos | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-------|-------------|-------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Fornecedores estrangeiros a pagar em moeda nacional | 15.211 | 6.437 | 15.211 | 6.437 |
| Exposição líquida cambial em moeda estrangeira | 2.765 | 1.056 | 2.765 | 1.056 |

Assim, para a análise de sensibilidade está sendo aplicado somente o montante de R\$15.211 de fornecedores estrangeiros. A taxa de câmbio do dólar norte-americano, no fechamento das demonstrações financeiras foi de R\$5,5018.

Análise de sensibilidade moeda estrangeira

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio, a administração adotou para o cenário I a taxa de câmbio de R\$5,50 com base na cotação do dólar norte-americano futuro, limitado a 12 meses no relatório Focus. No cenário II foi projetada pela Administração, desvalorização de 3% do dólar norte-americano. Para o cenário III foi projetada valorização do dólar norte americano em 4,56% de acordo com a cotação futura apresentada no relatório Focus do Bando Central em 27 de janeiro de 2026.

| Risco | Cenário I | Cenário II | Cenário III |
|---|--------------|--------------|--------------|
| Valor nominal da exposição líquida em moeda estrangeira | 2.765 | 2.765 | 2.765 |
| Valor nominal da exposição líquida em moeda local | 15.211 | 15.211 | 15.211 |
| Valor projetado em moeda local | 16.048 | 16.023 | 16.060 |
| Taxa do dólar norte-americano | 5,5018 | 5,3367 | 5,5800 |
| Impacto do dólar norte-americano | (837) | (812) | (849) |

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos a riscos da taxa CDI, que afetam as despesas financeiras, foram projetados dois cenários, com aumento de 10% no cenário II e aumento de 12,25% no cenário III da taxa do CDI respectivamente, tendo como base a projeção da Selic ao final de 2025 em 15%, conforme relatório Focus do Banco Central do Brasil em 27 de janeiro de 2026

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

| | Cenário I provável | Cenário II | Cenário III |
|-----------------------------------|-----------------------|----------------|----------------|
| Exposição líquida ao CDI | 125.244 | 125.244 | 125.244 |
| Valor projetado | 125.244 | 127.039 | 127.487 |
| Taxa do CDI | 14,33% | 15,76% | 16,12% |
| Impacto da variação do CDI | - | (1.795) | (2.243) |

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento do mercado. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

b. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

| Controladora e Consolidado | | | |
|--|-------------------------|------------------------------------|----------------|
| 31 de dezembro de 2025 | | | |
| Ativos | Custo amortizado | Outros passivos financeiros | Total |
| Caixa e equivalente de caixa | 43.918 | - | 43.918 |
| Contas a receber de clientes | 208.983 | - | 208.983 |
| Mútuos a receber | 109 | - | 109 |
| Total dos instrumentos ativos | 253.010 | - | 253.010 |
| Passivos | | | |
| Fornecedores | - | 59.422 | 59.422 |
| Arrendamento mercantil | - | 110.799 | 110.799 |
| Empréstimos e financiamento | - | 156.029 | 156.029 |
| Outras contas a pagar | - | 8.933 | 8.933 |
| Total dos instrumentos passivos | - | 335.183 | 335.183 |

| Controladora e Consolidado | | | |
|--|-------------------------|------------------------------------|----------------|
| 31 de dezembro de 2024 | | | |
| Ativos | Custo Amortizado | Outros passivos Financeiros | Total |
| Caixa e equivalente de caixa | 52.395 | - | 52.395 |
| Contas a receber de clientes | 185.718 | - | 185.718 |
| Mútuos a Receber | 1.352 | - | 1.352 |
| Total dos instrumentos ativos | 239.465 | - | 239.465 |
| Passivos | | | |
| Fornecedores | - | 58.244 | 58.244 |
| Fornecedores risco sacado | - | 4.673 | 4.673 |
| Arrendamento mercantil | - | 84.514 | 84.514 |
| Outras contas a pagar | - | 17.087 | 17.087 |
| Total dos instrumentos passivos | - | 164.518 | 164.518 |

Mensuração do Valor justo

(i) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação de importação de mercadorias.

(ii) Instrumentos financeiros “não derivativos”

Os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas são similares aos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, em função do curto prazo de vencimento dessas operações.

Hierarquia de valor justo

O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 40 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); e
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está classificado como Nível 2.

27 Subvenções governamentais

Crédito presumido de ICMS

A Companhia possui subvenções para investimentos concedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo, através da Portaria 107-R de 31 de julho de 2018, a título de créditos presumidos e/ou outorgados de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. O valor dessa subvenção para investimentos, registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é de R\$ 33.057 (R\$30.967 em 2024).

28 Demonstrações dos fluxos de caixa

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|---|---------------------|--------|--------------------|--------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Juros sobre o capital próprio deliberados | - | 25.016 | - | 25.016 |
| Adição de ativo imobilizado | - | 2.578 | - | 2.578 |
| Aumento de capital na controlada VCI Way | 1.157 | - | - | - |

* * *

Richard Gabriel Stad
Diretor Presidente

Fabio Davidovici
Diretor Financeiro

Osmar Alves dos Santos
Contador CRC: 1SP 294588/O-7